

ANÁLISE À PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

09 DE OUTUBRO DE **2025**

ORÇAMENTO DO ESTADO 2026

Quatro meses após a tomada de posse do segundo Governo liderado por Luís Montenegro, a proposta de Orçamento do Estado para 2026 foi entregue à Assembleia da República no dia 9 de outubro, um dia antes do prazo limite definido na lei. Ao contrário do ano anterior, o processo orçamental de 2026 decorre num contexto mais previsível, num ambiente político mais estável, ainda que sem maioria parlamentar.

ENTRE ESTABILIDADE E CONTENÇÃO: O CONTEXTO POLÍTICO DO OE2026

O enquadramento político do OE2026 apresenta diferenças significativas em relação ao ano anterior. O Governo mantém uma estratégia de negociação flexível, recusando assumir parceiros preferenciais e procurando entendimentos à esquerda e à direita. No entanto, perante o cenário orçamental apresentado - superavit de apenas 0,1% -, já reconheceu que a margem para negociação é muito reduzida.

O Chega consolidou-se como segunda força política e líder da oposição, enquanto o Partido Socialista, sob nova liderança e ainda em processo de reorganização interna após a derrota nas legislativas de 18 de maio, já admitiu viabilizar o orçamento, na sequência da resposta positiva do Governo a algumas das suas principais reivindicações. O processo orçamental decorre, assim, num ambiente político menos tenso, marcado pela necessidade de estabilidade após duas eleições legislativas em pouco mais de um ano, ainda que condicionado pela ausência de uma maioria absoluta no Parlamento.

UMA PROPOSTA ORÇAMENTAL PENSADA PARA VIABILIZAR ENTENDIMENTOS

O Governo sublinhou que o Orçamento do Estado para 2026 procura contrariar as práticas do passado, tornando-se menos “um instrumento de políticas públicas” e mais um exercício de rigor e responsabilidade. A caracterização interna de que se trata do “orçamento mais aborrecido de sempre” traduz, aliás, essa opção deliberada por um documento tecnicamente sólido e politicamente prudente, pensado para minimizar fricções e aumentar a probabilidade de viabilização parlamentar. Nesse sentido, o Executivo optou por autonomizar as matérias mais sensíveis - como a descida do IRC, as medidas incluídas no pacote da habitação ou as alterações à legislação laboral - remetendo-as para diplomas próprios.

O FATOR AUTÁRQUICAS

As eleições autárquicas de 12 de outubro já condicionaram o calendário e o ambiente político e mediático que antecederam a entrega do Orçamento do Estado. O período de pré-campanha dominou o verão, concentrando a atenção dos media e reduzindo o espaço para discussão orçamental. Agora, o resultado eleitoral poderá vir a influenciar o comportamento das principais forças políticas no debate parlamentar: caso o PSD reforce o seu poder autárquico, o PS chegará à discussão do Orçamento politicamente mais fragilizado, enquanto um bom desempenho do Chega poderá marcar uma nova fase de consolidação do partido e reforçar a sua capacidade de influência nas negociações parlamentares. A margem de manobra, porém, será curta: na apresentação da proposta, o Ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmiento salientou que, “se o país não quer voltar a entrar num défice”, a margem para incluir propostas de outros partidos, como por exemplo o aumento permanente das pensões, “é próxima de zero”.

**ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA**

ADVOGADO E ANTIGO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS. SÓCIO E FUNDADOR DA RFF LAWYERS.

**UMA PROPOSTA SEM
CAVALEIROS ORÇAMENTAIS**

O Governo apresentou a Proposta de Lei de Orçamento do Estado para 2026 ("PLOE 2026"), em prazo record, o que se compreende e se elogia, até pela proximidade das eleições autárquicas.

Em termos macroeconómicos, a proposta apresenta cenários positivos, com crescimento económico superior ao de 2025, mantendo um excedente orçamental em contexto de redução de dívida pública, estimados num contexto em que também se projeta aumento do PIB e um menor consumo público e privado, tudo ancorado numa previsão de aumento do investimento no caminho de um maior equilíbrio da balança comercial, de um aumento de exportações de bens e serviços e da diminuição das importações. São previsões positivas, mas que certamente terão flutuações imprevisíveis com que também se tem de contar no atual contexto internacional.

No que respeita a medidas fiscais, a PLOE 2026 é bastante enxuta - e ainda bem! - sem "cavaleiros orçamentais". O Governo anuncia tratar-se de uma medida profilática, de "simplificação e racionalização do processo orçamental", pretendendo que a PLOE não contenha medidas de carácter não orçamental. Porém, será inegável que o contexto político atual obriga a que se apresente com esta mesma postura, essencialmente pragmática e de tática política: a proposta retira potenciais focos de tensão negocial para a aprovação da proposta de lei do Orçamento no Parlamento, sendo as principais medidas fiscais, eventualmente não consensuais nos vários quadrantes políticos, apresentadas em propostas de lei autónomas.

Independentemente da motivação, não existem críticas quanto a este resultado. Temos vindo, há largos anos, a afirmar que não deverá ser na proposta de Lei do Orçamento do Estado que se efetuam as reformas fiscais e outras alterações que nada têm a ver com receitas e despesas públicas. Aquelas carecem de estudo e discussão própria, que muito beneficiarão da sua apresentação autónoma e ambas necessitam de um processo legislativo autónomo e mais adequado ao tempo de ponderação que todas as novas leis exigem.

O resultado é um documento prudente - até mesmo conservador - que evita ruturas, privilegia a continuidade e distribui pequenos ganhos, de forma seletiva. A PLOE 2026 é, essencialmente, um exercício de gestão política, contendo, apenas, medidas de ajuste, de taxas e de escalões e outras alterações sem significado que estão alinhadas com os acordos em sede de concertação social.

Enquanto não forem conhecidas todas as propostas de lei autónomas que o Governo irá apresentar, será difícil entender se a PLOE2026 peca por defeito. Algumas medidas cremos que poderão ter sido propositadamente alocadas à fase de especialidade, de forma a poderem ter uma melhor maturidade para a sua votação – pense-se, por exemplo, na extensão do SIFIDE II, que de outro modo terminará em 2025.

Em suma, esta PLOE 2026 é uma proposta que apresenta indicadores económicos positivos - esperando-se que não demasiado otimistas atendendo ao contexto internacional. E é um documento que procura sobreviver às circunstâncias políticas, mais do que efetuar política fiscal. Mas esta será certamente muito discutida ao longo dos próximos meses, nomeadamente quando forem conhecidas a integralidade das propostas que o Governo irá apresentar em matéria de tributação das empresas, do investimento e de habitação.

CENÁRIO MACROECONÓMICO

2025

CRESCIMENTO
ECONÓMICO

2,0%



INFLAÇÃO

2,2%

TAXA DE
DESEMPREGO

6,1%

CRESCIMENTO DAS
EXPORTAÇÕES DE BENS E
SERVIÇOS (EM % DO PIB)

1,5%

CRESCIMENTO DAS
IMPORTAÇÕES DE BENS
E SERVIÇOS (EM % DO
PIB)

4,0%

SALDO DA BALANÇA
DE CAPITAL (EM%
DO PIB)

2,0%

2026

CRESCIMENTO
ECONÓMICO

2,3%



INFLAÇÃO

2,1%

TAXA DE
DESEMPREGO

6,0%

CRESCIMENTO DAS
EXPORTAÇÕES DE BENS E
SERVIÇOS (EM % DO PIB)

1,8%

CRESCIMENTO DAS
IMPORTAÇÕES DE BENS
E SERVIÇOS (EM % DO
PIB)

3,6%

SALDO DA BALANÇA
DE CAPITAL (EM%
DO PIB)

2,3%

CENÁRIO ORÇAMENTAL

2025

SALDO
ORÇAMENTAL (EM %
DO PIB)

0,3%

TAXA DE
DÍVIDA PÚBLICA (EM
% DO PIB)

90,2%

RECEITA FISCAL (EM %
DO PIB)

24,3%

DESPESA TOTAL (EM % DO
PIB)

43,9%

[COM PRR]

2026

SALDO
ORÇAMENTAL (EM %
DO PIB)

0,1%

TAXA DE
DÍVIDA PÚBLICA (EM
% DO PIB) 95,9%

87,8%

RECEITA FISCAL (EM %
DO PIB) 25%

24,1%

DESPESA TOTAL (EM % DO
PIB) 44,4%

43,7%

[COM PRR]

AS PRINCIPAIS MEDIDAS ANUNCIADAS

RENDIMENTOS

- Atualização dos escalões de IRS em 3,51%.
- Redução de 0,3 pontos percentuais das taxas do IRS do 2.º ao 5.º escalão.
- Aumento de 50 euros do salário mínimo nacional, para 920 euros em 2026.
- Atualização do mínimo de existência para 12.880 euros (ou 14 vezes 920 euros), sendo esses os rendimentos que deverão ficar isentos de tributação de IRS no próximo ano.
- Aumento de 40€ do Complemento Solidário para Idosos (CSI), de 630 para 670 euros.

FISCALIDADE DAS EMPRESAS

- Atualização do incentivo à valorização salarial em sede de IRC para 4,6% (anteriormente, aplicável a aumentos de, no mínimo, 4,7%).
- Redução do IRC em um ponto percentual para 19% (em diploma autónomo).
- Redução do IRC para 15% para os primeiros 50 mil euros de lucro das micro, pequenas e médias empresas (em diploma autónomo).
- Simplificação e melhoria da eficácia do sistema fiscal para diminuir os custos de cumprimento para os cidadãos e as empresas, bem como os custos para a administração fiscal.
- Manutenção das contribuições extraordinárias sobre a banca, a energia e a indústria farmacêutica.
- Manutenção da tributação relativa ao imposto sobre veículos (ISV) e ao imposto único de circulação (IUC).
- Manutenção do adicional de IUC, aplicável sobre os veículos a gasóleo das categorias A e B.

SETOR FINANCEIRO

- Manutenção da contribuição extraordinária sobre o setor bancário.
- Fim do adicional de solidariedade do setor bancário.

HABITAÇÃO E SETOR IMOBILIÁRIO

- O IHRU vai alocar cerca de 800 milhões de euros a programas de apoio no acesso à habitação.
- O parque público de habitação a custos acessíveis recebe 360 milhões de euros, a bolsa de alojamento urgente um total de 28 milhões de euros e a reabilitação do parque habitacional 10 milhões de euros.
- Atualização dos escalões do IMT de acordo com a inflação.
- Atualização dos escalões do IMT Jovem, aumentando o limite da isenção.
- Promoção da ampliação da oferta habitacional, agilização da construção e promoção do arrendamento acessível.
- Adoção de medidas excecionais de simplificação e incentivo: licenciamento urbano mais rápido e menos burocrático e criação de novas áreas de expansão urbana, em parceria com as autarquias, para aumentar a oferta nas zonas metropolitanas.
- Implementação de uma plataforma única nacional para o licenciamento urbanístico.

TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS

- Execução do projeto da linha de alta velocidade, com a nova linha de alta velocidade Lisboa-Porto e a ligação a Espanha.
- Lançamento da segunda PPP, entre Oiã e Soure, até ao final de 2025 e da terceira PPP, entre Soure e o Carregado, em 2026, no âmbito do projeto da alta velocidade Lisboa-Porto.
- Continuação do processo de desenvolvimento do novo aeroporto na região de Lisboa.
- Aumento da oferta e qualidade do transporte público coletivo, abrindo o mercado a concessões e subconcessões, com aquisição de veículos menos poluentes e maior frequência de serviços também nos territórios de baixa densidade.
- Continuação dos programas de investimento, requalificação e modernização da Rede Ferroviária Nacional.
- Execução dos projetos rodoviários prioritários, com vista a melhorar ligações estratégicas no território, sobretudo no interior e nas ligações transfronteiriças.
- Implementação da Estratégia para os Portos Comerciais do Continente 2025-2035, intitulada «Portos 5+».

AMBIENTE E ENERGIA

- Manutenção da contribuição extraordinária sobre o setor energético.
- Manutenção do Imposto Único de Circulação (IUC).
- Operacionalização da Agência para o Clima.
- Dinamização do Mercado Voluntário de Carbono, criando condições de financiamento para múltiplos projetos.
- Operacionalização da estratégia “Água que une”.
- Modernização do Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos.
- Implementação do Plano Social do Clima, com introdução de novos apoios à descarbonização e ao combate à pobreza energética.
- Reforço dos apoios concedidos através do Fundo Ambiental a projetos orientados para a descarbonização da economia, ao incentivo à eficiência energética ou à promoção da mobilidade sustentável, bem como ao nível da economia circular ou da gestão da água.
- Implementação do Programa de Ação para Resiliência do Litoral 2025-2040.
- Criação do Programa Bio+ Créditos de Natureza para reforçar o financiamento da proteção de espécies e habitats.
- Expansão da rede nacional de áreas marinhas protegidas, contribuindo para o objetivo de classificar 30% até 2030.

TURISMO

- Apoio à internacionalização das empresas turísticas nacionais.
- Lançamento de programa para a expansão de conectividade aérea, em articulação com parceiros nacionais e regionais.
- Apoio a soluções de mobilidade *last mile* nos destinos, ou seja, soluções de mobilidade mais fáceis nas etapas finais de deslocação dos turistas.
- Lançamento de uma Agenda de Inovação para o Turismo, que servirá para orientar o financiamento a startups e projetos de I&D.
- Promoção de um plano para um turismo mais acessível, que concilie as necessidades das comunidades residentes com os visitantes e adapte as infraestruturas, equipamentos e serviços turísticos.
- Valorização do património histórico e cultural da defesa nacional, com o objetivo de criar uma Rede Nacional de Turismo Militar.

SAÚDE

- Continuação da descentralização e envolvimento dos municípios, prosseguindo a transferência de competências em matéria de saúde para as autarquias locais, em articulação com as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, de forma a permitir adaptar as respostas às especificidades territoriais.
- Fortalecimento da capacidade de planeamento, monitorização e avaliação do desempenho do SNS, através da melhoria contínua dos instrumentos de gestão.
- Modernização de infraestruturas e equipamentos através de um Plano Plurianual de Investimentos em Saúde.
- Expansão dos cuidados de proximidade:
 - Alargamento da cobertura por médico de família;
 - Reforço das unidades de saúde familiar de modelos B e C;
 - Estabelecimento das convenções com o setor privado e social para a atribuição de médico de família;
 - Ampliação da hospitalização domiciliária;
 - Fortalecimento das redes de cuidados continuados integrados e paliativos.
- Reforço de programas de rastreio oncológico e não oncológico, combate à obesidade, promoção da saúde oral e envelhecimento ativo, e com medidas de prevenção e tratamento de comportamentos aditivos e dependências.
- Aprofundamento da transformação digital na saúde, promovendo a interoperabilidade de sistemas, a teleconsulta e a monitorização remota de doentes crónicos.
- Implementação do Registo de Saúde Eletrónico Único.
- Reforço da cooperação internacional, intensificando a colaboração com os países da CPLP, com destaque para programas de formação de profissionais, partilha de boas práticas e apoio técnico no desenvolvimento de sistemas de saúde resilientes.
- Consolidação da integração de Portugal nas redes europeias de saúde, através da cooperação em investigação biomédica, resposta a emergências sanitárias e mecanismos de aquisição conjunta de medicamentos e vacinas no âmbito da UE.

TECNOLOGIA & DIGITALIZAÇÃO

- Implementação da Estratégia Digital Nacional e da Agenda Nacional para a Inteligência Artificial, alinhadas com os objetivos da Década Digital 2030 da União Europeia.
- Criação e implementação de três instrumentos de políticas públicas de cibersegurança:
 - Nova Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço;
 - Plano Nacional de Resposta a Crises e Incidentes de Cibersegurança;
 - Quadro Nacional de Referência para a cibersegurança.
- Criação do *chief information officer* do Estado e da Agência para o Digital.
- Criação de uma plataforma única de interface digital entre o Estado e os utilizadores.
- Consolidar a «Startup Portugal» como plataforma nacional de empreendedorismo, apoiar a adoção empresarial de inteligência artificial e criar um programa de aceleração internacional para startups de deep tech.

EDUCAÇÃO, ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

- Descentralização da Educação, com redistribuição de responsabilidades, para conferir maior autonomia aos municípios e agrupamentos escolares.
- Investimento na formação e na atração de docentes e de técnicos especializados.
- Promoção de contratos-programa com instituições do Ensino Superior para a formação de professores nos próximos cinco anos, reforçando o financiamento dos cursos na área da educação.
- Investimento em sistemas de informação para obter informação rigorosa sobre o funcionamento do sistema educativo, nomeadamente sobre o número de alunos sem aulas.
- Construção, aquisição, adequação e renovação de residências para estudantes do ensino superior.
- Contratação de mediadores linguísticos e culturais.
- Investimento em parcerias internacionais e participação em projetos europeus, nomeadamente laboratórios e tecnológicas europeias, com foco na internacionalização do ensino superior.
- Revisão da Lei da Ciência para clarificar o papel das diferentes entidades, instrumentos de financiamento da ciência e da inovação.

AGRICULTURA

- Reforço do rendimento dos agricultores, para garantir a viabilidade económica da atividade agrícola e para a atratividade das zonas rurais.
- Reforço da defesa sanitária animal e promoção do bem-estar animal.
- Lançamento de programas de apoio e incentivo à gestão florestal ativa, promoção do emparcelamento rural e reforço dos meios de prevenção e intervenção de resposta no terreno.
- Impulso à produção e ao ordenamento florestal, através da promoção de modelos de gestão que incentivem o investimento, a profissionalização e a inovação no setor.
- Reforço dos sistemas de vigilância, resposta precoce e controlo ativo em áreas prioritárias de pragas, doenças e espécies invasoras na floresta.
- Incentivo à investigação nos setores agroflorestal, das pescas e do mar.
- Criação de condições favoráveis ao investimento na aquicultura, para aumentar a competitividade e a resiliência do setor e reduzir o défice da balança agroalimentar.
- Incentivo a ações de promoção da literacia do oceano.

DEFESA

- Concretização do plano de reforço estratégico de investimento em defesa, com o objetivo de garantir que as ramos das Forças Armadas dispõem de sistemas e plataformas modernas, eficientes e interoperáveis.
- Modernização da defesa antiaérea nacional, no quadro da iniciativa europeia European Sky Shield,
- Investimento em projetos de eficiência energética nas infraestruturas da defesa.
- Revisão da Lei de Programação Militar e da Lei das Infraestruturas Militares.

REAÇÕES POLÍTICAS



JOAQUIM MIRANDA SARMENTO

MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

"A estimativa para este ano é um crescimento económico de 2% e, no próximo ano, de 2,3%, fruto de uma maior aceleração do investimento público e privado. (...) A dívida pública terminará, este ano, muito próxima dos 90% e, no próximo ano, em torno de 87,8%. (...) "

"2026 é o ano orçamental mais exigente, porque temos cerca de 2,5 mil milhões de euros para executar. (...) Se o país não quer voltar a entrar num défice, a margem [para incluir propostas de outros partidos] é próxima de zero".



HUGO CARNEIRO

VICE PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

É um orçamento (OE) que pela primeira vez apresenta programas orçamentais com indicadores, com medidas concretas que o Governo pretende alcançar. (...) É um OE que deixa de fora os cavaleiros orçamentais, está no OE o que tem de estar. Por isso, espera-se que a Assembleia da República, que é pródiga em alterações ao OE, não venha agora acrescentar aquilo que não é tipicamente matéria do OE (...) e, portanto, que não desvirtuem o saldo orçamental, porque certamente que nenhum português quererá que o país volte a ter défices".



ANDRÉ VENTURA

PRESIDENTE DO PARTIDO CHEGA

"Se o Governo está a contar verdadeiramente em manter a carga fiscal elevada e em aumentar os combustíveis, aí não há grande caminho, francamente, para fazer. É um aviso só daquilo que é para nós o importante. Este foi um documento entregue hoje, espero que agora haja condições de ser alterado. (...) Parece ser esse o sentido em que vai este documento, de manter a mesma linha de pressão fiscal e de arrecadação fiscal, nomeadamente nos impostos sobre o consumo, no IVA, e no IRS, que dá a ideia, outra vez, de que as famílias vão ter uma grande surpresa no próximo ano. (...) Se for isto, está tudo errado."



JOSÉ LUÍS CARNEIRO

SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO SOCIALISTA

"O Governo correspondeu às exigências colocadas pelo Partido Socialista, nomeadamente em relação às questões laborais, ao Serviço Nacional de Saúde, à segurança social pública e ainda ao tratamento fora do orçamento das questões de natureza fiscal. (...) Por isso mesmo, respeitarei e honrarei a palavra que dei aos portugueses de contribuir para a estabilidade política no nosso país."

**MARIANA LEITÃO**

PRESIDENTE DA INICIATIVA LIBERAL

"O orçamento não é ambicioso para os portugueses, não é ambicioso para Portugal, é um orçamento para o Estado. (...) Nós não vamos abdicar de apresentar propostas em sede de especialidade, vamos lutar por elas, porque, de facto, era importante que o Governo percebesse que é preciso dar resposta aos portugueses. (...) Este orçamento põe o Estado em primeiro lugar, em vez de pôr os portugueses em primeiro lugar."

**PATRÍCIA GONÇALVES**

DEPUTADA DO LIVRE

"É um orçamento que não tem medidas, que apresenta pouca ambição política, que tenta ser um instrumento de gestão, quando o Livre entende que um Orçamento do Estado é um instrumento político."

**PAULA SANTOS**

LÍDER DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

"Este é um orçamento que tem a total oposição da parte do PCP (...) é um orçamento que agrava as injustiças fiscais (...) e fragiliza a Segurança Social."

**PAULO NÚNCIO**

LÍDER DO GRUPO PARLAMENTAR DO CDS-PP

"O CDS faz um apelo à responsabilidade política, principalmente dos dois maiores partidos da oposição. É importante que haja sentido de Estado e que os partidos percebam o atual enquadramento financeiro do Estado. (...) A margem negocial do orçamento em 2026 é reduzida (...) isso não significa que nos próximos anos a margem não seja maior, porque a questão do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) vai aplicar-se especificamente e de uma forma particularmente nítida em 2026."

**INÊS SOUSA REAL**

LÍDER DO PARTIDO PAN

"Nem [o Primeiro Ministro] Luís Montenegro, nem o Ministro das Finanças, não se sentaram sequer com todas as forças políticas e os portugueses não querem saber se as soluções que são apresentadas são de esquerda ou direita, querem é de facto soluções para aquilo que é sua melhoria e a sua qualidade de vida. O PAN irá analisar detalhadamente o orçamento e iremos apresentar propostas que possam robustecer o mesmo."

**MARIANA MORTÁGUA**

COORDENADORA DO BLOCO DE ESQUERDA

"Este é e parece ser o Orçamento da desigualdade fiscal, em que mais uma vez assistimos grandes bancos, grandes fundos de investimento a pagarem menos impostos, enquanto a maior parte das pessoas sofre porque não consegue sequer pagar a renda da sua casa".

CALENDÁRIO DO ORÇAMENTO DO ESTADO

ENTREGA DO ORÇAMENTO DO ESTADO - 9 DE OUTUBRO

APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE

**AUDIÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO E
DAS FINANÇAS**
24 DE OUTUBRO ÀS 10H00

**AUDIÇÃO DA MINISTRA DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**
24 DE OUTUBRO ÀS 15H00

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NO PLENÁRIO - 27 E 28 DE OUTUBRO

CONTINUAÇÃO DO PROCESSO DEPENDENTE DA APROVAÇÃO NA GENERALIDADE



APRECIAÇÃO NA ESPECIALIDADE

ENTRE **29 DE OUTUBRO E 7 DE NOVEMBRO** DECORREM AS AUDIÇÕES DOS MEMBROS DE GOVERNO NAS COMISSÕES PARLAMENTARES

7 DE NOVEMBRO ÀS 18H00: FIM DO PRAZO PARA PARTIDOS ENTREGAREM PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

ENTRE **20 E 26 DE NOVEMBRO** DECORREM A ANÁLISE E AS VOTAÇÕES NA ESPECIALIDADE

ENTRE **20 E 27 DE NOVEMBRO** DECORRE A DISCUSSÃO EM PLENÁRIO

NOTA: OS TRABALHOS PARLAMENTARES SÃO INTERROMPIDOS PARA A SESSÃO SOLENE DO 25 DE NOVEMBRO.



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL
27 NOVEMBRO

REDAÇÃO FINAL ATÉ 12 DE DEZEMBRO.
PROMULGAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ATÉ 31 DE DEZEMBRO E PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA



CONTACTOS JLM&A

headoffice@jlma.pt

+351 213 845 720

Rua Joshua Benoliel, 6
Edif. Alto das Amoreiras, 4º A, 1250-133, Lisboa